

AULA INAUGURAL DOS CURSOS DE ALTOS ESTUDOS MILITARES DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL NO ANO DE 2013

A CONCEPÇÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA E A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DA MARINHA DO BRASIL

Fernando Eduardo Studart Wiemer*

É com imenso prazer que retorno à Escola de Guerra Naval, para proferir a Aula Inaugural dos Cursos de Altos Estudos Militares do ano de 2013.

Em fevereiro de 2014, esta Escola completará um século desenvolvendo atividades acadêmicas, contribuindo para o aprimoramento e evolução intelectual de Oficiais que exercerão cargos nos altos escalões da Marinha.

Neste ano, as Senhoras e os Senhores analisarão com profundidade temas de diversos níveis, relacionados ao Poder Marítimo e ao Poder Naval. Ao final dos cursos, estarão habilitados a exercer cargos de Comando, Chefia, Direção e Assessoramento, contribuindo com a Marinha na busca de soluções criativas e inovadoras.

Na atualidade, a evolução do Poder Naval impõe a existência de líderes efetivos e conselheiros experientes, exigindo de todos nós uma reflexão sobre a inserção do Brasil no sistema global de segurança e defesa e a evolução do pensamento militar, com ênfase no pensamento político-estratégico marítimo.

“A Concepção Político-Estratégica e a Atuação Internacional da Marinha do Brasil” foi o tema selecionado para a Aula Inaugural, pela crescente importância do assunto nos últimos anos

* Almirante-de-Esquadra Fernando Eduardo Studart Wiemer, Chefe do Estado-Maior da Armada

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal estabelece os princípios do relacionamento internacional do Brasil com outros países e organismos multilaterais, destacando-se: o da não-intervenção, da autodeterminação dos povos, da cooperação internacional, a defesa da paz e a solução pacífica de conflitos. Destaca, ainda, que o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

O Presidente da República estabelece as prioridades da política externa e, anualmente, durante a Assembléia Geral das Nações Unidas, são apresentados, ou reiterados, os temas de relevância para o Governo brasileiro. Nas últimas duas décadas, o Brasil tem dado destaque: à integração regional, com ênfase no MERCOSUL e União das Nações Sul-Americanas - a UNASUL; às negociações de comércio exterior em plano multilateral, como a Rodada de Doha e Organização Mundial de Comércio; ao incremento da presença brasileira na África, Ásia, Caribe e Leste Europeu, por meio da abertura de novas representações diplomáticas - Embaixadas foram estabelecidas em 18 países nos últimos seis anos; e à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de modo a propiciar uma governança mundial harmônica, representativa e equilibrada.

A política externa brasileira, nos últimos anos, orientou-se pela concepção de que o Brasil deve assumir um protagonismo crescente no cenário internacional, projetando uma imagem externa ativa e soberana.

Atualmente, a política externa tem sua consistência ancorada em quatro eixos: a América do Sul é o eixo prioritário, tendo o MERCOSUL como núcleo; a África Ocidental, que representa uma antiga fronteira cujos laços precisam ser fortalecidos; a Ásia, novo centro dinâmico da economia mundial, é espaço essencial para a participação do Brasil no mercado global; e a Europa e América do Norte, áreas tradicionais de vinculação política, econômica e cultural, permanecem como parceiros relevantes do Brasil, em particular no esforço de reforma da governança política e econômica global.

Foi a consistência desses eixos que permitiu um reposicionamento do Brasil em situação de destaque no cenário internacional, e que abre importantes perspectivas, com um amplo leque de oportunidades.

Como estratégia de longo prazo, as seguintes diretrizes foram estabelecidas: a busca de um maior equilíbrio e atenuação do unilateralismo;

o fortalecimento das relações bilaterais e multilaterais, a fim de aumentar o peso do País nas negociações políticas e econômicas em nível internacional; e o aprofundamento do relacionamento internacional para um maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico e cultural.

O Livro Branco de Defesa Nacional, em fase final de apreciação no Congresso, divulgará as principais atividades de Defesa para a sociedade brasileira, ampliando o nível de defesa e segurança do País. Como ferramenta de apoio à diplomacia brasileira, contribuirá para o incremento da transparência e da confiança mútua em nível internacional.

A Política Nacional de Defesa ressalva que a intensificação da projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais deve estar associada à questão da Defesa.

Dos Objetivos Nacionais de Defesa, destacam-se três que contribuem para nortear o relacionamento e a atuação internacional das Forças Armadas: a estabilidade regional; a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais; e a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais. Desses objetivos, decorrem as orientações estratégicas voltadas para: a integração da indústria de defesa sul-americana; a busca por parcerias estratégicas, visando a ampliar a cooperação e o intercâmbio na área de defesa; e o aperfeiçoamento para desempenhar responsabilidades crescentes em missões de paz e de ajuda humanitária.

A Estratégia Nacional de Defesa, consoante com a política externa brasileira e com a Política Nacional de Defesa, estabeleceu diretrizes e ações estratégicas de médio e longo prazos, com o objetivo de modernizar a estrutura nacional de defesa, segundo uma transformação das Forças Armadas.

Nesse sentido, a Marinha do Brasil estabeleceu, como objetivos voltados para a ampliação de seu relacionamento e atuação internacional, os seguintes: a ampliação da sua presença na Região Amazônica e nas áreas estratégicas do Atlântico Sul; o incremento da cooperação e da realização de operações combinadas com as Marinhas Amigas; a participação de Força Naval, sob a égide de organismos internacionais, em arranjos militares de defesa coletiva, e em missões de paz e de ajuda humanitária; a ampliação do intercâmbio científico e tecnológico de interesse naval; e a participação na execução do Programa Antártico Brasileiro e na Política Nacional para os Assuntos Antárticos, contribuindo ativamente nos processos de decisão do destino daquela região.

O Poder Naval brasileiro é um instrumento relevante para o

atendimento dos Objetivos citados na Política Nacional de Defesa, em função da capacidade de permanência em áreas de interesse, por longos períodos, em atendimento aos preceitos estabelecidos no Direito Internacional.

Desse modo, verifica-se que a Constituição Federal, a política externa brasileira e os documentos condicionantes do planejamento da Defesa, no seu mais elevado nível, orientam o Planejamento Estratégico da Marinha do Brasil, e resultam na sua Concepção Político-Estratégica. Este Planejamento estabelece as diretrizes para a aplicação do Poder Naval junto aos Organismos Internacionais e à estrutura do relacionamento da Marinha do Brasil com as Marinhas Amigas.

CONCEPÇÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA

A evolução constante da ordem mundial e sua transição para um sistema multipolar traz, como consequências, novas formas de relacionamento global e, para os Estados, a adoção de uma postura de precaução. Precaução esta que, fruto da complexidade dos conflitos atuais e do potencial destrutivo dos armamentos existentes, traduz-se em posturas estratégicas de cooperação e dissuasão, como no caso brasileiro.

A cooperação e a confiança mútua têm sido verificadas na esfera da defesa, contribuindo para a formação de um ambiente de paz, que se prolonga no entorno geopolítico imediato do Brasil, resultando em um desejado processo de integração.

A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere e, buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica.

O Atlântico Sul faz parte das áreas marítimas estratégicas de maior importância para o emprego do Poder Naval brasileiro. É definido como a região compreendida entre o Paralelo 16°N, a costa ocidental da África, a Antártica, o leste da América do Sul e o leste das Antilhas Menores, incluindo as Águas Jurisdicionais Brasileiras.

O Brasil possui um extenso litoral, cerca de 8.500 Km, Águas Jurisdicionais que, somente na Amazônia Azul, somam aproximadamente 4,5 milhões de Km². Essas áreas são ricas em recursos naturais vivos e não-vivos. Recentemente, foram descobertas extensas bacias petrolíferas e de gás natural localizadas na Zona Econômica Exclusiva brasileira, inicialmente em águas rasas e, posteriormente, em águas profundas. Além disso, o Brasil possui cerca de 40.000 Km de rios navegáveis, mais de 80 portos ou terminais marítimos organizados e centenas de plataformas de petróleo. Nos

dias atuais, o transporte marítimo é responsável por movimentar quase a totalidade do comércio exterior brasileiro.

Esse conjunto de fatores evidencia a importância estratégica do Atlântico Sul e o esforço realizado pela Marinha, desde o tempo de paz, para realizar a defesa e segurança desse imenso patrimônio brasileiro.

A Estratégia Nacional de Defesa estabelece o incremento da capacidade de Defesa, considerando o caráter de cooperação e dissuasório da Política Nacional de Defesa. Para a Marinha, representa a reconfiguração das Forças Navais, em atendimento à estratégia de defesa marítima brasileira. O aumento desse potencial irá se refletir, ainda, no aumento da capacidade do País em contribuir com operações de paz e ações humanitárias, e no cumprimento das atribuições subsidiárias, destacando-se a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana no mar e a prevenção e combate às “novas ameaças”. Segundo a Estratégia Nacional de Defesa, duas áreas do litoral continuarão a merecer atenção especial, do ponto de vista de controlar o acesso marítimo ao Brasil: a faixa que vai de Santos a Vitória e a área em torno da foz do rio Amazonas.

Uma das prioridades da Marinha é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças hostis que se aproxime do Brasil por via marítima. Ao garantir a sua eficiência para negar o uso do mar ao inimigo, a Marinha desenvolverá o seu potencial para realizar o controle de áreas marítimas de importância político-estratégica, econômica e militar, bem como suas Linhas de Comunicações Marítimas. Tais capacidades, aliadas à projeção de poder, têm como foco: a defesa das plataformas petrolíferas e das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas brasileiras; a prontidão para responder a qualquer ameaça, por Estado ou por forças não-convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio; e a capacidade de participação em missões de paz.

A Estratégia Nacional de Defesa reconheceu as quatro tarefas básicas do Poder Naval, destacando a negação do uso do mar e o controle de área marítima. Para a execução dessas tarefas, a Marinha atribuiu elevada prioridade em sua concepção estratégica aos programas de desenvolvimento e obtenção de meios, no caso com o Programa de Desenvolvimento de Submarinos - PROSUB, visando a negar o uso do mar, o Brasil contará com uma força naval submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e de propulsão nuclear, desenvolvendo sua aptidão para projetá-los e fabricá-los. E, para controlar área marítima, a Marinha dedicará especial atenção aos Programas de Obtenção de Meios de Superfície - PROSUPER, de Navios Aeródromos - PRONAE e de Navios Anfíbios - PRONANf, com o projeto e a fabricação de navios aeródromos, escoltas,

anfíbios e de propósitos múltiplos. Por sua vez, a projeção de poder será desenvolvida pela existência de um Corpo de Fuzileiros Navais em permanente condição de pronto emprego, que deverá consolidar-se como uma força de caráter expedicionário por excelência.

Sob o aspecto da segurança marítima, a Marinha do Brasil visualiza a importância do estabelecimento de uma rede global de compartilhamento de informações, em complemento às redes regionais e nacionais. É essencial que as Marinhas tomem as iniciativas, promovendo o intercâmbio de experiências segundo uma perspectiva mundial construtiva.

O recente conceito que vem sendo tratado mundialmente pelas Marinhas é o de Consciência Situacional Marítima, entendendo-se este como “a efetiva compreensão de tudo que está associado com o meio ambiente marítimo, que pode causar impacto na proteção, segurança, economia e ambiente de um país”. Na prática, o conhecimento do que ocorre em nosso entorno estratégico potencializará o emprego do Poder Naval. Sob a ótica de suas Tarefas Básicas, a Marinha vem se preparando para deter esse conhecimento ao implementar o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, o SisGAAz.

O SisGAAz, cuja implementação ocorrerá de forma progressiva, permitirá o monitoramento e controle das Águas Jurisdicionais Brasileiras e proporcionará os seguintes benefícios:

- maior segurança da Amazônia Azul;
- aumento da eficiência na fiscalização e nas operações de Patrulha Naval nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, ampliando as operações interagências (Polícia Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e outras) bem como nas operações de busca e resgate na Área de Responsabilidade SAR do Brasil; e
- estrutura de emprego dual, civil e militar, podendo ser aplicada na prevenção da poluição ambiental, meteorologia, controle da pesquisa científica no mar, controle do patrimônio genético, prevenção e repressão ao tráfico, e na segurança e defesa da área do pré-sal.

A Concepção Político-Estratégica evidencia a importância do Atlântico Sul e o esforço que deve ser realizado pela Marinha para realizar a defesa de nosso território, apontando para uma importante vertente de atividades a serem desenvolvidas, que decorrem diretamente da participação da Marinha do Brasil em Organismos Internacionais e no relacionamento com as Marinhas Amigas.

PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

O Brasil possui representações permanentes junto à Organização das

Nações Unidas, em Nova Iorque; na Conferência do Desarmamento, em Genebra; na Organização Marítima Internacional; e na Junta Interamericana de Defesa. No caso das duas primeiras, o Conselheiro Militar é designado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Defesa. A função de Conselheiro Militar é exercida por Oficial-General do último posto, obedecendo ao sistema de rodízio entre as três Forças Armadas.

Considerada a importância com que se reveste a realização de eventos internacionais na área da Defesa, a Marinha do Brasil pauta sua participação nos organismos supracitados de acordo com as orientações gerais emanadas dos Ministros da Defesa e das Relações Exteriores, e do Comandante da Marinha. A Marinha do Brasil deve se fazer representar em todos os eventos, nacionais e internacionais, que tratem de temas que se relacionam diretamente à Marinha, bem como de outros que possam ter reflexos na área da Defesa, especialmente àqueles relacionados ao Atlântico Sul. Os representantes da Marinha do Brasil deverão explorar a oportunidade de defender os interesses brasileiros na área de Defesa, dentro de suas respectivas áreas de atuação.

Na ONU, em Nova Iorque, compete ao Conselheiro Militar o trato dos assuntos afetos, dentre outros, às operações de paz, ao direito do mar e patrimônio subaquático e os constantes da agenda da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança da ONU.

Junto à ONU, o Brasil tem sido um importante contribuinte para missões de paz nas últimas décadas. A participação das Forças Armadas brasileiras em operações de paz contribui, entre outras, para: a reafirmação do compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos; o fortalecimento da política externa brasileira; e a ampliação da interoperabilidade com as forças militares de outros países. A Marinha tem ampliado, também, a sua participação em missões de paz e ações humanitárias. Destacam-se: a Missão de Paz no Haiti, onde, em dezembro de 2012, o 16º Contingente foi substituído pelo 17º, e o Comando da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano. Em janeiro de 2013, a Fragata Constituição assumiu a função de Navio Capitânia da Força-Tarefa, em substituição à Fragata Liberal.

Na Conferência do Desarmamento, compete ao Conselheiro Militar, dentre outros, o trato dos assuntos afetos ao desarmamento e controle de armas, controle de material físsil e de armamento convencional.

Antevendo-se o acréscimo de atividades e uma participação mais profícua nos tópicos de interesse marítimo brasileiro, a Marinha, por intermédio da Representação Permanente Brasileira junto à Organização Marítima Internacional, desenvolve uma série de atividades, dentre outras: as iniciativas

quanto à navegação e ao comércio marítimo internacional; às questões da marinha mercante; e à segurança marítima no âmbito internacional.

Por sua vez, a criação da Junta Interamericana de Defesa ocorreu como produto da aproximação entre os países ocidentais na Segunda Guerra Mundial. Com o decorrer do tempo, os países-membros passaram a alocar recursos para a Junta por meio da Organização dos Estados Americanos, caracterizando-a como um órgão dependente, sem vínculo formal. Hoje, a JID contribui para a articulação das políticas militares das nações americanas e integra o Sistema de Segurança Hemisférico, desempenhando a coordenação entre os escalões político e militar dos seus países-membros. A Representação Brasileira, subordinada ao Ministério da Defesa, coordena a participação do País no Conselho de Delegados, no seu Estado-Maior e no Colégio Interamericano de Defesa. Em apoio aos programas de socorro a desastres naturais da ONU e da OEA, foi criada, na JID, a Comissão de Desastres Naturais, com o objetivo de definir procedimentos para reduzir as possibilidades de ocorrência de desastres naturais e empregar os recursos militares em apoio aos da Defesa Civil, nestes casos. No âmbito da OEA e JID, ainda, a Marinha do Brasil conduz a chefia da Missão de Assistência à Remoção de Minas na América do Sul -MARMINAS.

Criada em 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, constitui foro privilegiado, onde seus Estados-membros beneficiam-se de laços étnicos, históricos, culturais e, sobretudo, linguísticos comuns. Fundada sobre o princípio da solidariedade, destacam-se três objetivos gerais: a concertação político-diplomática; a cooperação; e a promoção e difusão da Língua Portuguesa.

No campo da Defesa, buscou-se uma efetiva cooperação, a partir de 1998, quando passaram a ser conduzidas reuniões de Ministros de Defesa Nacionais e de Chefes de Estado-Maior Geral das Forças Armadas, para dinamizar o intercâmbio militar e aproximar as Forças. A idéia de que a segurança marítima poderá constituir um quadro privilegiado de cooperação no seio da comunidade lusófona, tem em conta a vasta área marítima sob o seu controle.

Na VI Cúpula da CPLP, em 2008, foi decidida a elaboração de uma estratégia comum para os oceanos. Seguiram-se a I Reunião de Alto Nível sobre Assuntos Marinhos, em 2009, e a I Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar, em 2010, cujo representante brasileiro é o Comandante da Marinha, tendo sido aprovada, nesse último encontro, a Estratégia da CPLP para os Oceanos. O documento oferece uma visão integrada para a promoção do desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as jurisdições nacionais e determinou iniciativas como a elaboração do “Atlas dos Oceanos

da CPLP” e a dinamização da cooperação para desenvolvimento de projetos de extensão da plataforma continental.

Por iniciativa da Marinha do Brasil, no III Simpósio das Marinhas realizado nesta Escola, em 2012, foi recomendado que o Simpósio recebesse a merecida importância tornando-se um Órgão Componente do Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa, com a denominação de “Conferência das Marinhas da CPLP”, integrando mais um fórum de discussão aos 31 já existentes.

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - ZOPACAS, criada em 1986, pela ONU, atendeu à iniciativa brasileira para a promoção da cooperação político-diplomática, econômica, comercial, científica e para a manutenção da paz na região.

Consiste na única estrutura que reúne todos os países da bacia do Atlântico Sul. Para os países que a compõem, aqui representados por Oficiais-Alunos da África do Sul, Angola, Argentina e Namíbia, constitui um importante espaço para a discussão de estratégias de desenvolvimento e intercâmbio diversificados entre os países litorâneos do Atlântico Sul.

Ao mesmo tempo em que reitera o compromisso de “não proliferação de armas de destruição em massa” na região, busca ampliar as iniciativas para o desenvolvimento da pesquisa, produção e uso de energia nuclear para propósitos pacíficos, a proteção do meio ambiente marinho e o combate ao tráfico de drogas e de armas.

Esforços de revitalização da Zona foram intensificados a partir da Cúpula de Angola, em 2007, quando se discutiram novas áreas de cooperação. Além disso, tópicos como a reforma do Conselho de Segurança da ONU, a necessidade de um regime comercial global mais justo e a utilização da energia nuclear de forma pacífica foram citadas na Declaração Final de Luanda e no Plano de Ação disseminado. A partir de então, foram criados grupos de trabalho para a cooperação econômica, missões de paz, temas ambientais e marítimos e combate a ilícitos transnacionais. Em janeiro de 2013, ocorreu a VII Reunião Ministerial da ZOPACAS, em Montevidéu, visando à continuidade da sua revitalização. O Plano de Ação aprovado na Reunião prevê, dentre inúmeras iniciativas, a realização de seminários sobre Segurança do Tráfego Marítimo, Operações de Busca e Salvamento, Operações de Paz e delimitação de Plataforma Continental, visando à ampliação do conhecimento aos nacionais deste importante Organismo Internacional do Atlântico Sul.

A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, no seio da União das Nações Sul-Americanas, teve por finalidade fomentar ações de cooperação e de integração regional no campo da segurança e da defesa, aí incluído

o estímulo à consolidação de uma base industrial de defesa que atenda às necessidades dos países do subcontinente. Para alcançar um almejado grau de estabilidade regional, é desejável que ocorram: o consenso; a harmonia política; e a convergência de ações entre os países sul-americanos, condições que favorecem o desenvolvimento econômico e social.

A Marinha do Brasil, juntamente com o Ministério da Defesa e as outras Forças Armadas, contribui para reforçar a confiança mútua no contexto da UNASUL, aportando maior estabilidade e segurança à região. Para tal, informa periodicamente ao Ministério da Defesa as principais iniciativas que compõe as Medidas de Fomento da Confiança e Segurança do Conselho de Defesa Sul-Americano.

A Marinha do Brasil também colabora com a integração regional e com países e blocos tradicionalmente aliados. Nesse sentido, está convencida de que a manutenção e o estabelecimento de parcerias estratégicas e a realização de reuniões e acordos bilaterais fomentam a composição de uma governança mundial equilibrada e harmônica, abrindo novas perspectivas para o futuro.

RELACIONAMENTO COM MARINHAS AMIGAS

Nos últimos anos, foi expressiva a intensificação do relacionamento internacional com as Marinhas Amigas, colaborando para o desenvolvimento de parcerias estratégicas e para o apoio à política externa. Isso ocorreu sob a forma de eventos bilaterais ou multilaterais, realizados no Brasil ou no exterior.

Registrou-se um expressivo aumento na quantidade de países com os quais a Marinha realiza Reuniões de Estados-Maiores, que passaram de sete, em 2007, para 23 países, em 2013. As Reuniões Bilaterais de Inteligência, hoje, são realizadas com cinco países. As Reuniões Bilaterais de Defesa, envolvendo a Marinha do Brasil, passaram de duas, em 2007, para treze, em 2013.

Em 2012, ocorreram Reuniões de Estados-Maiores com as seguintes Marinhas Amigas: África do Sul, Alemanha, Argentina, Bolívia, Reino Unido, Chile, Equador, França, Índia, Itália, Moçambique e Paquistão. E em 2013, estão previstas Reuniões de Estados-Maiores com Alemanha, Angola, Canadá, França, Namíbia, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido, Uruguai e Venezuela. Nessas Reuniões, além de serem abordadas as principais questões entre as Marinhas, são firmados Planos de Cooperação onde são programadas inúmeras visitas técnicas ou de alto nível, representações, cursos, embarques e intercâmbios, a serem realizados nos dois anos

subsequentes. Elas se mostram como excelente instrumento de efetiva aproximação entre Marinhas Amigas.

Do ponto de vista do relacionamento internacional, a América do Sul se constitui em uma região prioritária para a Marinha, onde são elevados os esforços de contribuição para a cooperação, integração e estabilidade regional. Sua concretização ocorre por meio de exercícios navais, como, por exemplo, BOGATUN, VENBRAS, ACRUX, ATLASUL (com a participação da África do Sul), BRACOLPER e FRATERNOS; visitas; cursos; intercâmbios; participação de Guardas-Marinha da Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Uruguai nas Viagens de Instrução do Navio-Escola Brasil; desenvolvimento de projetos e construção de meios navais; e a escolha do Brasil para sediar as Conferências Navais Interamericanas Especializadas de Interoperabilidade e de Telecomunicações Navais, que ocorrerão este ano.

Nas Conferências Navais Interamericanas mencionadas, espera-se a participação de 19 Marinhas e dois Organismos Internacionais, JID e Rede Naval Interamericana de Telecomunicações, que debaterão, entre outros assuntos, a interoperabilidade das Marinhas das Américas em prol da segurança marítima e da Consciência Situacional Marítima e a aprovação do Manual do Sistema Cooperativo de Segurança e Ajuda Humanitária Interamericana. Na Conferência Interamericana de Telecomunicações Navais será comemorado os 50 anos da RNIT.

Apenas para citar algumas cooperações podemos mencionar, com a Argentina, o reparo de meia vida do submarino Santa Cruz, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e as Reuniões do Comitê Naval Operativo. Com a Bolívia, a Marinha do Brasil está enviando, em 2013, instrutores para os Cursos de Comandos Anfíbios e de Operações Fluviais da Armada Boliviana. Com o Chile, foi iniciada a cooperação na área de Submarinos da classe Scorpène, englobando uma proposta de acordo de apoio logístico no âmbito de configuração, manutenção, obtenção de sobressalentes, informações técnicas, instrução e adestramento profissional. Com o Peru, dois Oficiais da Marinha do Brasil realizarão intercâmbios junto à Escola de Operações Ribeirinhas, em Iquitos, e junto à Fuerza de Infantería de Marina do Peru, em Lima. Com a Venezuela, Oficiais realizam o Curso de Aperfeiçoamento de Submarinos.

Ressalta-se a importância político-estratégica da aproximação do Brasil com os países africanos do Atlântico Sul. A intensificação do relacionamento entre Brasil e África no campo da segurança e defesa, com vistas à manutenção da paz e segurança internacionais e da promoção do desenvolvimento tecnológico, se deu por meio da assinatura e implementação de vários Acordos de Cooperação de Defesa com a África do Sul, Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Moçambique, Namíbia, Nigéria e Senegal.

Em decorrência do Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia, a Marinha do Brasil contribuiu para a criação da Marinha Namibiana e continua participando de seu aprimoramento. Desde 1999, foram realizados mais de 1.500 cursos e formados cerca de 1.190 Oficiais e Praças. Atualmente, 119 militares namibianos estão em processo de formação no Brasil. Paralelamente, a Namíbia decidiu construir no Estaleiro INACE, em Fortaleza- Ceará, com a interveniência da Empresa Gerencial de Projetos Navais, vinculada à Marinha do Brasil, um navio-patrolha de 200 toneladas e duas lanchas-patrolha. Em janeiro de 2009, o Navio-Patrolha “Brendan Simbwaye” foi incorporado à Marinha Namibiana; e em novembro de 2011, foram incorporadas as Lanchas-Patrolha “Möwe Bay” e “Terrace Bay”.

Além disso, a EMGEPRON foi contratada para realizar o delineamento e supervisão da execução do Programa de Levantamento da Plataforma Continental Namibiana. Em maio de 2009, a Namíbia entregou sua proposta de extensão à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU.

A experiência do Brasil na criação da Marinha da Namíbia levou Cabo Verde a seguir os mesmos passos dados pela Namíbia no processo de evolução de sua Guarda-Costeira. Assim, a Marinha do Brasil decidiu criar um núcleo de Missão Naval do Brasil em Cabo Verde, visando a preparar as tratativas para que se possa desenvolver processo idêntico ao realizado na Namíbia, cuja proposta foi submetida à apreciação do Ministério da Defesa. A Marinha está pronta para cooperar com a Guarda Costeira cabo-verdiana na formação de quadros capacitados para cumprir sua missão. Do mesmo modo, Cabo Verde solicitou o apoio brasileiro para desenvolvimento das etapas subsequentes do processo de levantamento de sua plataforma continental, iniciado pela Noruega. Tais contribuições, dentre outras, levaram o país a eleger o Brasil como principal parceiro no âmbito da defesa.

Em outubro de 2011, foi homologado o contrato que regulará a execução do levantamento da plataforma continental de Angola, que proporcionará a sua extensão, cujo trabalho ficará igualmente a cargo da EMGEPRON. O contrato prevê, ainda, que técnicos angolanos participem de cursos de pós-graduação em universidades brasileiras. Em 2012, comitivas angolanas visitaram o Comando de Operações Navais, o Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais e o Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo.

O Plano de Cooperação Bilateral entre a Marinha do Brasil e a Marinha de Guerra de Moçambique destaca como de maior relevância:

- O levantamento de necessidades dos meios navais referentes à Base Naval de METANGULA e da recuperação do plano inclinado, pela Diretoria-Geral do Material da Marinha;
- O estudo Preliminar de Engenharia para revitalização da Escola

Naval de PEMBA, constituído por desenhos em esboço e concepção geral do projeto;

- A possibilidade de transferência de um simulador de manobras para Marinha de Guerra de Moçambique; e

- A possibilidade de embarque de militares da Marinha de Guerra de Moçambique em meios da Marinha do Brasil que participarão das Operações ATLASUR e IBSAMAR.

A intensificação da cooperação na área de defesa tem resultado em uma presença comercial crescente da indústria de defesa brasileira na África. Nesse contexto, com base no Acordo sobre Cooperação Técnica firmado entre os Governos do Brasil e da África do Sul, a Marinha avalia a possibilidade de desenvolvimento de tecnologias que possam ser empregadas em mísseis superfície-ar de médio alcance, semelhantes às utilizadas no míssil sul-africano UMKHONTO-IR.

De modo a preservar a pretensão do Brasil, e da Marinha, de manter presença proeminente no Atlântico Sul e ampliar a presença nas águas da África Ocidental, é incrementada a participação em exercícios navais ou de ajuda humanitária, multinacionais ou bilaterais. Assim, o Navio-Patrolha Oceânico Amazonas visitou portos de Cabo Verde, Benin, Nigéria e São Tomé e Príncipe, realizando exercícios navais PASSEX e demonstrações de ação antipirataria com pessoal e meios das respectivas marinhas e guardas costeiras.

O Navio-Patrolha Oceânico Apa visitará os portos de Maurítânia, Senegal, Gana, Angola e Namíbia, buscando realizar atividades semelhantes às mesmas do Navio-Patrolha Oceânico Amazonas durante sua comissão.

Como exemplos de exercícios no continente africano, citam-se o FELINO, realizado pelos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o ATLANTIC TIDINGS com a África do Sul, Angola, Namíbia e República Democrática do Congo, visando a incrementar a interoperabilidade entre as Marinhas, realizar operação de controle de área marítima e operação ribeirinha. A operação ATLASUL, envolvendo as Marinhas Amigas da África do Sul, Argentina e Uruguai, é realizada bianualmente, sendo a última em 2012 na África. Finalmente, ainda no continente africano, foi realizada a operação IBSAMAR em 2012, com a participação da África do Sul e Índia.

Nos últimos anos, foi intenso o esforço realizado pela Defesa para o estabelecimento de parcerias estratégicas, partindo-se da premissa de que parcerias com países, que venham a convergir para o desenvolvimento de tecnologia de ponta de interesse da defesa, podem ser de suma importância no sentido de permitir a rápida obtenção de etapas e o compartilhamento de custos de desenvolvimento. Iniciativas nessa linha são, portanto,

congruentes com as Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, objetivando o adensamento da cadeia produtiva nacional relacionada à defesa e à obtenção de patamares crescentes de autonomia na produção de material de emprego militar.

O Brasil tem laços de cooperação com países e blocos tradicionalmente aliados que possibilitam a troca de conhecimento em diversos campos. Nesse sentido, buscou-se a cooperação com países europeus. Foi estabelecida, a partir de dezembro de 2008, uma Parceria Estratégica entre o Brasil e a França, firmada pelos respectivos Presidentes, prevendo a cooperação na área de defesa, entre outras, em particular na área de submarinos. Esta parceria foi seguida da assinatura de acordos e ajustes técnicos relativos à concepção, construção de quatro novos Submarinos convencionais, de um Submarino de propulsão nuclear, de um Estaleiro para a construção destes meios e de uma Base de Submarinos; e um contrato principal, firmado pela Empresa Gerencial de Projetos Navais e pelo Consórcio Baía de Sepetiba, formado pela DCNS e ODEBRECHT, relativo à Transferência de Tecnologia e Prestação de Serviços Técnicos Especializados.

Com base nessa parceria, foi criado o Programa de Desenvolvimento de Submarinos. Relewa notar que a Marinha se tornará autossuficiente na construção e operação desses submarinos, alcançando, ainda, um elevado nível de nacionalização, fomentando a Base Industrial de Defesa.

O desenvolvimento e a construção da planta de propulsão nuclear estão totalmente a cargo da Marinha do Brasil, não havendo, portanto, transferência de tecnologia nesta área. Inúmeros engenheiros foram preparados para projetar o submarino de propulsão nuclear. Em julho de 2012, foi inaugurado o Escritório Técnico de Projetos, no Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, destinado a projetar o submarino com propulsão nuclear, utilizando os mesmos métodos, técnicas e processos de construção desenvolvidos pelos franceses.

O relacionamento entre a Marinha do Brasil e a Marinha Real Britânica, em um contexto geral, é excelente e remonta quase dois séculos. Anualmente, é realizado um intenso programa de intercâmbio, cursos, estágios e visitas com o envio e recebimento de militares de ambas as Marinhas. O “Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Sistemas Marítimos entre a Marinha Real Britânica e a Marinha do Brasil”, assinado em setembro de 2012, visa às áreas de: desenvolvimento e construção de modernas unidades navais no Brasil, mediante parceria tecnológica plena entre a indústria britânica e estaleiros brasileiros selecionados, maximizando os componentes brasileiros nos navios e contando com um intercâmbio de

melhores práticas e treinamento relacionados com a Marinha Real Britânica e suas agências de treinamento associadas.

Anualmente, a Marinha do Brasil participa da operação JOINT WARRIOR, que é considerada como o principal exercício operativo multinacional realizado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte, cujo propósito é o de fornecer um ambiente conjunto de multi-ameaça, no qual as unidades da OTAN e aliadas treinam a preparação para o emprego em uma Força-Tarefa multinacional.

Também há ganhos recíprocos no relacionamento com a Itália, haja vista a assinatura de um Acordo de Cooperação em Defesa em 2008, que entrou em vigor em junho de 2011, e tem como consequência a possibilidade de desenvolvimento de meios navais em estaleiros brasileiros com transferência de tecnologia.

Visando a incrementar a cooperação, está previsto o embarque de um Oficial Superior da Marinha do Brasil em navio da Marinha Militar Italiana durante a Operação ATALANTA, da União Européia, que tem por objetivo a defesa dos navios que atravessam as águas nas proximidades do Chifre da África, combatendo a pirataria na costa da Somália. Essa Operação conta com navios belgas, britânicos, franceses, alemães, italianos, gregos, holandeses, espanhóis e suecos, e auxiliará a Marinha do Brasil a ganhar experiência nesse tipo de Operação.

A participação do Comandante da Marinha no Simpósio Regional do Poder Naval dos países do Mediterrâneo e do Mar Negro, em Veneza, em 2008, 2010 e 2012 é um exemplo dos fortes laços de amizade entre as duas Marinhas. Em 2010, durante o simpósio, a Marinha do Brasil assinou o acordo operacional definitivo do Trans-Regional Maritime Network. A rede é consolidada pela integração do Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo - SISTRAM, sistema brasileiro; do Open and Analysed Shipping Information System - OASIS, sistema de Cingapura; e pelo V-RMTC - sistema italiano. O intercâmbio de informações entre os sistemas de acompanhamento de tráfego marítimo mencionados, será de fundamental importância para a formação de um grande sistema de troca de informações sobre Tráfego Marítimo, visando ao incremento da Segurança Marítima Global.

O relacionamento da Marinha do Brasil tem se intensificado com os países da América do Norte. Em relação aos Estados Unidos da América, anualmente, é realizado um extenso programa de intercâmbios, cursos, estágios e visitas com o envio e recebimento de militares de ambas as Marinhas. Na recente visita do Chefe de Operações Navais da Marinha dos Estados Unidos da América, foram assinados os Memorandos de

Entendimento sobre Oficiais de Ligação e sobre Intercâmbio de Militares.

Destaca-se a realização de esforços conjuntos para o incremento da Consciência Situacional Marítima com os avanços na interoperabilidade entre o SISTRAM e o Maritime Safety and Security Information System, bem como a possibilidade de implantação do V-RMTC - América. A Marinha do Brasil tem contribuído com os Estados Unidos da América em iniciativas voltadas para a segurança marítima global e regional, com ênfase na realização das Comissões Africa Partnership Station e no exercício OBANGAME EXPRESS, que resultam no intercâmbio de informações e no adestramento das Marinhas, em especial das africanas, no enfrentamento das novas ameaças, da pirataria e do tráfico de drogas. Com os Estados Unidos da América, a Marinha do Brasil também possui elevado nível de cooperação no setor de material, exemplificado pela recente aquisição de helicópteros MH-16 SEAHAWK e torpedos MK-48, o que representa para a Marinha um significativo salto tecnológico e uma nova dimensão em termos operacionais.

No exercício PANAMAX, o propósito é o de contribuir para incrementar a interoperabilidade e o adestramento das Marinhas participantes, no planejamento e execução de complexas operações combinadas. Em 2012, a Marinha do Brasil assumiu o Comando Componente das Forças Marítimas Combinadas, por convite do Comando Sul dos Estados Unidos da América.

A Marinha do Brasil também participa, desde 2007, do DEPLOYMENT SUB, com o propósito de aprimorar o nível de adestramento de meios da Força de Submarinos brasileira em operações com a USNavy e demais Marinhas Amigas. Em 2012, o Submarino Tikuna realizou diversos eventos, dentre eles: um exercício com um Navio-Aeródromo da classe Nimitz; operações antissubmarino com navios escoltas das classes Ticonderoga e Arleigh Burke; e ações de guerra submarina com um Submarino Nuclear de Ataque da classe Los Angeles. A Marinha do Brasil participa, ainda, da UNITAS, exercício multinacional realizado nos oceanos Pacífico e/ou Atlântico, coordenado pela Marinha dos Estados Unidos da América.

Tais exercícios constituem um valioso auxílio no fomento da confiança mútua e interoperabilidade com as Marinhas Amigas.

Segundo essa dinâmica, a Marinha do Brasil se relaciona com a Joint Interagency Task Force - South, que visa a integrar inteligência, intercambiar informações e correlacionar dados para as operações de caráter interagências, de modo a contribuir para o monitoramento, a prevenção e o combate ao tráfico ilícito de drogas, fortalecendo a interoperabilidade entre os participantes, dentre eles, Estados Unidos da América, França, Reino Unido, Argentina, Colômbia e México.

Concernente ao setor de defesa do Canadá, com ênfase naval, destaca-se: a assinatura da Declaração de Intenções sobre a Cooperação em Atividades de Desminagem Internacional; a assinatura da Declaração de Princípios sobre Cooperação para a Manutenção da Paz e da Segurança Internacional; e a realização da Primeira Reunião de Estados-Maiores entre as Marinhas do Canadá e do Brasil, em outubro de 2010, no Brasil.

A Marinha entende que o conjunto do relacionamento internacional colabora com a integração regional e com países e blocos tradicionalmente aliados, que fomentam a composição de uma governança mundial equilibrada e harmônica, abrindo novas perspectivas para o futuro.

CONCLUSÃO

Ao nos aproximarmos do fim de nossa Aula Inaugural, podemos concluir que na atualidade, as constantes transformações impõem um acompanhamento do cenário internacional. O Brasil desfruta de uma posição de destaque assumindo um protagonismo crescente no relacionamento entre Nações.

Levando-se em consideração as potencialidades existentes nos oceanos e a crescente importância do comércio por via marítima, visualiza-se o enorme esforço que deve ser realizado pelos países e suas Marinhas para o aumento da segurança nos mares, em âmbito nacional, regional e global, desde o tempo de paz. Somente com a cooperação e respeito às soberanias nacionais tais condições serão alcançadas.

A segurança marítima somente será atingida com o fortalecimento da cooperação internacional, envolvendo inteligência, respaldo jurídico e as capacidades dos órgãos de imposição da lei e dos regulamentos no mar. Desse modo, o Brasil se propõe a contribuir para o incremento da Consciência Situacional Marítima no Atlântico Sul, e continuará contribuindo para a manutenção da segurança marítima global e regional.

Para atingir os objetivos nacionais de Defesa vinculados às relações internacionais, faz-se necessário uma Marinha moderna, equilibrada e balanceada, capaz de aumentar sua presença a partir do Atlântico Sul, a fim de contribuir para o fomento da integração regional no campo da segurança e da defesa.

Para aprofundar seus laços de cooperação, a Marinha do Brasil prioriza os países no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano, da África, em especial aos da África Ocidental, e os de língua portuguesa, buscando uma maior aproximação e a convergência de ações com todas as Marinhas Amigas, para fazer frente a operações navais combinadas, operações de

paz, ações humanitárias, combate a novas ameaças e pirataria, combate e prevenção à poluição marítima e segurança do tráfego marítimo.

Do ponto de vista estratégico, a multipolaridade inibe a existência de hegemonias e permite que países se projetem no cenário internacional, como é o caso do Brasil. Além da cooperação, aproximação e convergência de ações citadas, deve-se ressaltar o relacionamento com os parceiros tradicionais e a procura por novas parcerias, buscando, quando necessário, o alinhamento.

Ao encerrar esta Aula Inaugural dos Cursos de Altos Estudos Militares, é relevante mencionar o excelente relacionamento entre a Marinha do Brasil e as Marinhas aqui representadas.

Desejo a todos os meus melhores votos de um excelente curso.

Muito obrigado.

Recebido em: 27/12/2012

Aceito em: 27/02/2013